

ECONOMIA

PÚBLICO, 26.4.97

1200 candidaturas recebidas no Ministério da Agricultura

Agricultores olham para África

Manuel Carvalho

O Governo promoveu uma discreta consulta para avaliar o interesse dos agricultores nos PALOP e como resposta recebeu um vasto rol de candidatos a partir. Alguns, como Jaime Pina, querem apenas regressar a África; outros, como Carlos Mendes, desejam começar de novo. Entre a memória e a esperança, 1200 agricultores querem mudar de vida.



Milhares de agricultores portugueses estão interessados em partir para países africanos.

No último ano e meio, mais de 1200 agricultores e empresas portuguesas fizeram saber ao Governo que estão furiosamente interessados em largar as suas terras para recomeçar uma nova vida num dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Tudo começou com uma consulta informal promovida pelo Ministério da Agricultura e levada a cabo pelas direcções regionais de Agricultura espalhadas pelo país. As perguntas, discretas, rapidamente foram interpretadas como uma possibilidade real e, num ápice, começaram a chover no ministério candidaturas de todas as partes do país. Até ao momento, foram registados 1200 pedidos, mas este número "é apenas uma pequena amostra do interesse que existe", diz Carlos Cabral, assessor do ministro Gomes da Silva.

Os petiçãoários são, na sua

maioria, pequenos agricultores desmotivados ou gente que viveu em África e descobriu na sondagem do Ministério da Agricultura uma possibilidade, ainda que remota, de mudar de vida. As suas candidaturas não impõem condições nem revelam qualquer projecto concreto. São apenas manifestações de vontade. Algumas combinam o melhor próprio dos agricultores da era europeia com o desejo de começar tudo de novo; outras procuram retomar a ligação a um território interrompida há mais de duas décadas.

É o caso de Jaime Adriano Pina, de 67 anos, que esteve em Angola de 1951 a 1975. Inscveu-se no Ministério da Agricultura porque conhece bem as artes do cultivo do café e, principalmente, porque "sempre esteve disposto a regressar a Angola".

"Estou aqui por acidente", diz. Durante anos, foi esperando que "as coisas melhorassem". Não melhoraram, mas nunca desistiu. Ainda hoje, com a vida estabilizada em Fornos de Algodres, acredita que um dia poderá recomeçar de novo a sua exploração de café arábica no Sul de Angola e até talvez cultivar os seus 20 hectares de vinha experimental que, na altura, foram travados pela marcha da revolução.

Mas se no caso de Jaime Pina o que lhe move os impulsos é a memória, há quem veja em África a possibilidade de reconstruir um sonho que a agricultura portuguesa tornou impossível. Carlos Santos Mendes, de 47 anos, de Salvaterra de Magos, é um desses homens. Durante "toda a vida" foi agricultor, chegou até a dirigir um estábulo com 90 vacas. Nos últi-

mos anos, porém, as dívidas roeram-lhe as esperanças e é a mágoa levou-o a uma promessa: "Aqui já ninguém me comerá mais os ossos", garante. África aparece, assim, no pensamento como a terra onde poderá recomeçar tudo de novo.

O sonho é alimentado pela esperança, mas não só. Recentemente, Carlos Mendes passou 28 dias em Angola, em casa de amigos, "para ver o que se passa", e concluiu que "está na altura de se fazer lá agricultura". Terras não faltam — "basta querer, que uns amigos arranjam-me 100 ou 200 hectares" — e conhecimentos também não. "Enquanto lá estive, semei um canteiro com alfaias e quando chegou a hora de vir embora cada uma pesava mais de 350 gramas", diz. Para partir, pede apenas que o Governo o ajude "a levar para Angola

as alfaias e as máquinas que tenho cá", porque capitais para o transporte é coisa que não tem.

Moçambique à cabeça

A maioria dos candidatos escolheu como destino Moçambique, talvez por culpa da estabilidade política, pelo facto de a lei de concessão de terras estar já em vigor ou ainda por sabermos que, neste país, há 21 milhões de hectares de terras aráveis (60 por cento da área agrícola) ao abandono. A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) está a funcionar como ponta-de-lança destes interesses: tem uma delegação a funcionar em Maputo, protocolos celebrados com organismos públicos e, nos próximos anos, a sua di-

recção calcula que pelo menos 50 jovens agricultores se mudem de vez para Moçambique.

Os outros interessados, porém, terão de esperar por melhores condições para partir. Para além de se saber se há interesse dos angolanos ou guineenses em receberem agricultores portugueses, "temos de estudar a sua capacidade de instalação", diz Carlos Cabral, um ex-docente do Instituto Superior de Agronomia (ISA) com vasto conhecimento da agricultura dos PALOP. Para fazer a ponte entre os vários interesses em presença, o Governo criou recentemente a Integro, uma sociedade com um capital social de 150 mil contos que tem como objecto social detectar oportunidades de investimento agrícola em África, financiar projectos e pôr em contacto investidores nacionais com as principais agências de desenvolvimento internacionais.

Do ponto de vista das prioridades políticas, não parece haver dúvidas de

que "a cooperação agrícola com os países lusófonos de África é essencial, não apenas pelo facto de serem países fundamentalmente agrários, mas também porque revelam carências alimentares", acrescenta Carlos Cabral. Firmada a prioridade, Portugal tem "excelentes condições" para incrementar a cooperação agrícola. Não apenas pela proximidade linguística ou porque há milhares de agricultores interessados em partir para as savanas africanas; também porque em Portugal há um profundo conhecimento agronómico de Angola, Moçambique ou São Tomé. No ISA continua a ser leccionado o curso de Agronomia Tropical e um pouco por todo o país há agricultores, como Jaime Pina, para quem a cultura do café, do cacau ou da banana não escondem qualquer segredo.

Não deixe de assinar

ESTUDOS
AFRO-ASIÁTICOS

É fácil. É só ligar
(021) 531-2636

Aberta uma segunda frente no Zaire Mobutu acusa Angola de invasão

PÚBLICO, 26.4.97

A PRESIDÊNCIA da República do Zaire acusou ontem à noite as Forças Armadas Angolanas (FAA) de terem invadido o seu território a partir da fronteira meridional da província de Cabinda, abrindo-se assim uma segunda frente no combate contra o regime instalado em Kinshasa.

A rádio oficial zairense leu um comunicado presidencial a di-

zer que milhares de comerciantes e de outros habitantes fugiram da aldeia fronteiriça de Yema, perto de Muanda, no litoral do Atlântico, 400 quilómetros a sudoeste de Kinshasa, devido à presença de 1400 soldados angolanos fortemente armados.

O gabinete do Presidente Mobutu Sese Seko afirmou também que há elementos das FAA

nas imediações do centro de comércio diamantífero existente em Tahikapa, na província zairense do Kasai Ocidental, muito perto da fronteira com a Lunda Norte. E acrescentou que a alegada invasão já levará os Estados Unidos a aviar An-

Continua na pág. seg.

"Nação Crioula", de José Eduardo Agualusa

UM FRADIQUE MENDES ANGOLANO

PÚBLICO, 26.4.97

TORALDO SEPULVEDA

Fradique Mendes, uma espécie de heterónimo colectivo da Geração de 70, regressou, no romance "Nação Crioula", pela mão do romancista angolano José Eduardo Agualusa. Um bellissimo livro, composto por cartas imaginárias. Um Fradique Mendes que não envergonharia o de Eça de Queiroz. Muito antes pelo contrário. Fradique peregrina pelo Brasil e por Angola, apaixonou-se por uma negra e volta anti-esclavagista e anti-racista. Enfim, um Fradique do século XX.

A ideia é genial: arrancar Fradique Mendes queiroziano às circunstâncias oitocentistas. O romancista angolano José Eduardo Agualusa venceu esta aposta difícil. Ao mesmo tempo conseguiu retratar uma sociedade luandense que, já no século XIX, era "aberta ao mundo". Segundo Agualusa, "as pessoas que viviam então em Luanda não tinham apenas uma experiência africana. Eram africanos, sim, mas eram cidadãos do mundo também." Exemplo? Essa extraordinária Ana Olímpia, por quem Fradique se apaixonou. Agualusa considera até que "a imprensa angolana era, na altura, muito mais interessante e culta, sobre todos os pontos de vista, do que a imprensa angolana de hoje".

PÚBLICO — O que é que leva um escritor africano, angolano, a recuperar a figura literária de Fradique Mendes?

José Eduardo Agualusa — Conheço Fradique Mendes há muito tempo. Quase desde criança. Tem-me acompanhado durante todo este tempo. Tem exercido sobre mim um grande fascínio. Tive

esta ideia quando, viajando pelo Brasil, encontrei, num alfarrabista, uma edição antiga de "A Correspondência de Fradique Mendes". E comprei essa edição. Ao abrir o volume, relendo-o, dei-me conta de que Eça de Queiroz começava dizendo que se tornara íntimo de Fradique Mendes depois de este ter regressado de uma prolongada viagem na África Austral. Perguntei-me: por onde é que Fradique teria andado na África Austral? O que teria feito Fradique Mendes se tivesse estado em Angola? Ai lembrei-me de o pôr a viver com uma senhora angolana...

P. — O seu Fradique começa por ser o de Eça, mas acaba por se modificar. Eça era racista. Como é que Fradique se apaixonou, em Angola, por uma senhora negra? Acha que se o Fradique de Eça tivesse a experiência deste Fradique seria igual ao seu?

R. — Eça de Queiroz carrega todos os preconceitos da época. O final do século XIX é um tempo de passagem, de dúvidas, e de ideologia colonial. Eça transporta para as suas personagens essas contradições. Dá-se o caso de Fradique, criatura de Eça, ser melhor, mais livre, do que o criador. É uma personagem muito aberta, muito receptiva às culturas dos outros.

P. — Ele esteve no Oriente, foi fundador de uma religião, a baha'í...

P. — Precisamente, precisamente. Portanto, uma personagem como Fradique Mendes, um português rico, era uma personagem aberta ao outro, embora, como eu disse, marcado pelos estigmas culturais e ideológicos da época. Quando chega a Luanda, Fradique começa por olhar a cidade como os europeus a viam, mas depois a cidade buliu com ele. Como, aliás, aconteceu com pessoas reais. Recordo o advogado Alfredo Trony que, chegado a Luanda, se integra de tal forma na sociedade local que acaba por se tornar angolano. Hoje é considerado um escritor angolano. Deixou-nos alguns textos, e sobretudo um pequeno romance que é hoje considerado angolano.

P. — Como se chama o romance?

R. — "Nga Muturi". Alfredo Trony estudou em Coimbra. Não sei se foi para Angola como emigrante ou como degredado.

P. — Porque é que o seu livro começou por chamar-se "Cartas de Luanda" e acaba intitulado "Nação Crioula"?

R. — Considerei que "Cartas de Luanda" era um título demasiado branco. Optei por "Nação Crioula", pois a sociedade luandense era muito influenciada pelos crioulos.

P. — Pergunto isto porque este livro faz uma crítica explícita à sociedade crioula da época. Os luandenses que você descreve sentem desprezo pelo preto do interior — chamado, na altura, preto boçal. Essa crítica é uma crítica que você estenderia à sociedade luandense de hoje ou é fixa no tempo?

R. — Há uma série de leituras que se fazem ou se podem fazer daquela sociedade. É uma sociedade onde eu vivi, na qual me integro. Sinto-me, portanto, à vontade para a criticar. Não evito atacar-lhe os vícios, como fazia, aliás, o jor por mim referido Alfredo Trony, e fazia também toda uma literatura jornalística da época. Uma literatura de crítica de costumes, severa e dura. Este livro joga um pouco com isso, está um pouco dentro dessa linha.

P. — "Nação Crioula" parece estabelecer uma ruptura com as suas obras anteriores. É claro que "Estação das Chuvas" era diferen-

te de "A Conjura". Mas "Nação Crioula" é muito menos barroco, muito menos excessivo, menos tropical, menos africano do que os anteriores. É como se você tivesse encarado por uma tradição queiroziana, flaubertiana, europeia...

R. — Tem talvez a ver com o facto de o narrador ser um português. Creio, no entanto, que tem traços comuns com os meus outros livros. Mas não foi uma coisa que me tivesse preocupado muito. Não senti grande preocupação em respeitar o estilo de Eça; mas é natural que, sendo o narrador europeu, e também devido ao facto de se tratar de uma história de época, isso obrigasse a determinada orientação estilística.

P. — Há alguma entre o narrador e o estilo em que as coisas são descritas. O cosmopolitismo de Fradique está defendido.

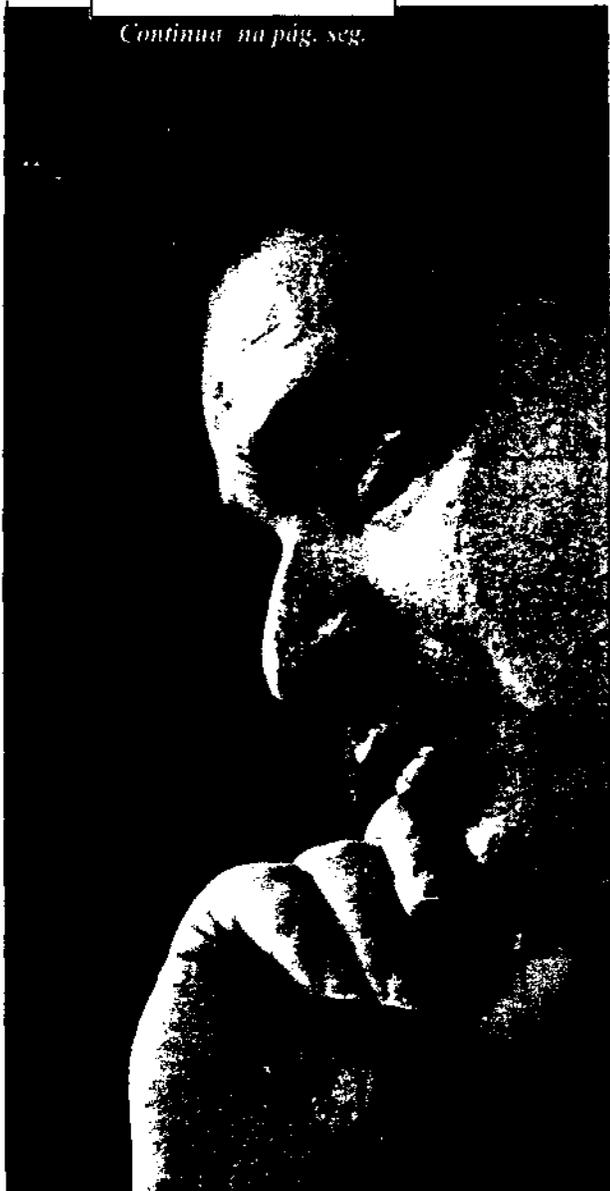
R. — O mais difícil de encontrar, quando se escreve um livro, é o clima. Mais do que o estilo, é o clima. Foi isso que me custou mais em "A Conjura": apanhar o clima da linguagem jornalística do século XIX. No caso de "Estação das Chuvas", é sobretudo o clima do caos da Luanda nossa contemporânea. "Nação Crioula", passa por aí também: o clima de uma Angola que, para um europeu, é simultaneamente estranha e fascinante. O que quis mostrar também é que existia, já nessa altura, uma sociedade africana, angolana, aberta ao mundo. As pessoas que viviam então em Luanda não tinham apenas uma experiência africana. Eram africanos, sim, mas eram cidadãos do mundo também. A segunda personagem principal do livro, Ana Olímpia, é o exemplo de uma pessoa que, sendo africana, tem um olhar aberto sobre o mundo, embora sem a experiência de Fradique.

P. — Presença geográfica e humana muito forte é o Brasil. Porquê o Brasil?

R. — O Brasil manteve sempre uma ligação muito estreita com Angola. E as pessoas esque-

FOTOS DANIEL ROCHA

Continua na pág. seg.



Continuação da pág. anterior

Mobutu acusa Angola de invasão

nova frente, a partir do litoral do Atlântico, de modo a ocupar em breve o porto fluvial de Matadi e a ficar a uns meros 280 quilómetros de Kinshasa.

gola de que não se deveria envolver na guerra civil do Zaire.

"Hoje toda a gente sabe que tropas angolanas atacaram o Zaire sem justificação e sem declaração de guerra", sublinhou o comunicado presidencial, surgido dias depois dos primeiros indícios de que a rebelião de Kabila se preparava de facto para abrir uma

A rádio zaireense disse ontem à noite que o regime de Mobutu vai recorrer às Nações Unidas, tendo convidado o representante especial em Angola do secretário-geral Kofi Annan, Alioune Blondin Beye, a visitar as regiões aparentemente afectadas.

As autoridades do Zaire têm suspeitado de que os rebeldes pretendem atacar uma refinaria de petróleo existente em Muanda, mas Angola já por mais de uma vez desmentiu encontrar-se activamente ao lado de Kabila. ■

Sampaio nas "praias de sonho"

PÚBLICO, 28.4.97

São José Almeida

No novo ciclo de relações bilaterais entre Portugal e Moçambique, este é o local escolhido por Jorge Sampaio para a sua primeira visita de Estado à África. Uma viagem ao país em que ao fim da guerra sucedeu o milagre da democracia. E que ensaia o desenvolvimento económico. Com os empresários portugueses a terem uma palavra a dizer em sectores chave.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, inicia hoje a visita de Estado a Moçambique que, pela forma que adquire, sela ao mais alto nível um novo ciclo de relações bilaterais e espelha o espírito que se vive hoje em Portugal no que toca a Moçambique e que, de certa forma, recupera aspectos passados. É a imagem mítica de um local com espaço para os portugueses, onde a paz voltou, onde há

história comum, património comum, onde, aconchegadamente, se fala português, onde tudo está por fazer e tudo é possível, onde se pode crescer, prosperar, (re)começar a vida. Com a prazenteira sensação de se viver em eterno Verão, de se viver virado para a praia. Moçambique foi conhecido, noutros tempos, como o país das "praias de sonho". Hoje, esta frase publicitária continua a servir-lhe, acompanhada de uma outra: "Moçambique futuro de sonho".

Ir para Moçambique está, definitivamente, na moda. Para

mais, quando o seu caso é considerado o exemplo africano de como um país saído da guerra, do colonialismo e, depois, de um regime de partido único, pode aprender a democracia e encaixar o desenvolvimento económico. Dando os primeiros passos do que aparenta vir a ser uma história de sucesso.

História de sucesso

O processo de transição ganhou credibilidade com a assinatura

Continua na pág. seg.

Continuação da pág. anterior

UM FRADIQUE MENDES ANGOLANO

cem-se disso. Na altura, era mais intensa a relação de Angola com o Brasil do que com Portugal. Basta lembrar que, quando Luanda foi ocupada pelos holandeses, quem a veio libertar foi uma armada brasileira. Enfim uma armada da colónia portuguesa do Brasil. Luanda era um dos principais portos de escravos exportados para o Brasil. A sociedade crioula de Luanda cresceu baseada na escravatura. Uma sociedade formada por brancos, negros e mestiços que enriqueceu, e enriqueceu imensamente, com o comércio de escravos. Mas a ligação de Angola com o Brasil foi mais do que económica, foi também cultural: a alta sociedade luandense frequentava com frequência o Brasil, não só para tratar de negócios, mas para tratar da saúde, por exemplo, por questões familiares, etc. Há outro fenómeno interessante: quando o Brasil ascende à independência, houve uma série de brasileiros de origem portuguesa que não aceitaram a independência e foram viver para Angola. São eles que criam cidades no sul angolano, Moçâmedes, por exemplo. Quando a escravatura é proibida e esta sociedade crioula angolana de alguma maneira entra em colapso, muitas famílias vão para o Brasil. Estas famílias quase desaparecem de Angola e hoje são famílias importantes no Brasil. A relação entre Angola e o Brasil era muito forte. E só quando o colonialismo português se estabelece intensamente em Angola, com a vitória da República em Lisboa, é que essa relação se esbate.

P. — Uma coisa que escapa a Fradique, quando chega a Luanda, é que há gente que tem pretensões de progressismo, de republicanismo, e até de socialismo e anarquismo, que defende a escravatura.

R. — Baseio-me em parte em personagens reais. Encontrei, em jornais e em livros, discursos avançados para a época, de republicanismo, de anar-

quistas, que eram ao mesmo tempo agentes do comércio de escravos. Isto é autêntico, não é uma criação minha. Havia, dentro desta sociedade escravocrata, gente que defendia ideias liberais. Esta altura da História de Angola é de grandes convulsões e confrontos ideológicos. Havia de tudo. E os escravocratas defendiam a escravatura com os mesmos argumentos com que alguma gente defende hoje os exércitos: que sempre existiram, que não é possível viver sem eles... Porque, no final do século XIX, já ninguém sustenta a escravatura. Dão razões para ela existir, é tudo. Embora já houvesse combatentes contra a escravatura, tanto em Angola como no Brasil. Uma das coisas que eu tento provar neste livro é que a luta contra a escravatura foi levada a cabo também por africanos, negros e mestiços, tanto em Angola como no Brasil. Porque, quando se fala da luta anti-escravagista no Brasil, referem-se nomes conhecidos de brancos. Normalmente, filhos de escravocratas que se revoltam contra os pais, jovens originários de grandes famílias rurais, como Joaquim Nabuco. E esquece-se o protagonismo de jornalistas negros e mestiços, como o José do Patrocínio de que falo em "Nação Crioula". E outros. E em Angola também havia, pois a imprensa angolana era, na altura, muito mais interessante e culta, sobre todos os pontos de vista, do que a imprensa angolana de hoje.

"Quem tiver lido Eça diverte-se mais"

P. — O Fradique de Eça não datava as cartas. O seu data-as.

R. — Não fica explícito no livro que Fradique date as suas cartas. Eu pretendia que a datação das cartas fosse feita em cortina. A editora não o concretizou. Teria gostado que ficasse explícito que a

datação é do autor, não do narrador... De qualquer forma, não me preocupe com esses pormenores. Fradique interessou-me enquanto personagem, minha, não do Eça.

P. — Olímpia, amante negra de Fradique, escreve a Eça. O próprio Fradique dá notícia de Olímpia à madrinha, "Madame" de Jouarre, e a Eça de Queiroz. Olímpia escreve a Eça. É estranho que nunca, nesta história, apareça a outra grande mulher de Fradique.

R. — ...do Eça.

P. — ...que é a russa "Madame Lobrinska". Provavelmente, uma mulher de Angola, filha de um príncipe africano, escravocrata e a certa altura também ela escrava, teria muito a dizer a uma fidalga russa que teria, não escravos, mas servos da globe. Não sei... Não é uma crítica.

R. — [risos] O livro leva como subtítulo "A Correspondência Secreta de Fradique Mendes" precisamente porque seria secreta. Uma relação entre o cosmopolita Fradique e uma negra seria, na época, relativamente estranha. Teria sido uma relação mantida mais ou menos escondida. Mas há vários caminhos que poderiam abrir-se por aí... É caso para outros escritores os percorrerem. É um tema inesgotável.

P. — Pensa que o seu livro vai ser apreciado por quem já tiver lido a obra de Eça de Queiroz, ou pode ser compreendido autonomamente?

R. — Pode ser entendido autonomamente. É evidente que um romance destes lido, por exemplo, por uma pessoa do sul de Angola, que não sabe quem é Eça de Queiroz, será entendido de forma diferente da de um português universitário. Quem tiver lido Eça poderá divertir-se mais. "Nação Crioula" pode ser lida, porém, por qualquer pessoa. ■

UMA LIÇÃO LITERÁRIA

Em "A Correspondência de Fradique Mendes", Eça de Queiroz desafia Fradique a escrever as suas experiências africanas. Mas o aventureiro e grande céptico — uma das maiores invenções da literatura portuguesa — recusa: " — Não! Não tenho sobre África, nem sobre coisa alguma neste Mundo, conclusões que, por alterarem o curso do pensar contemporâneo, vallesse a pena registar..." Afinal, parece que tinha. É que Fradique Mendes regressou pela mão do escritor angolano José Eduardo Agualusa, no romance "Nação Crioula". E voltou em todo o seu esplendor. Fradique está talvez menos céptico, pois foi confrontado com uma das grandes vergonhas da História universal: a escravatura.

Fradique passeia por Angola e pelo Brasil,

apaixona-se, em Luanda, por uma senhora negra que, tendo sido escrava, se torna escravocrata, acabando a lutar contra a escravatura. Algo de semelhante acontece a Fradique. O seu olhar sobre a sociedade luandense da época começa por ser o de qualquer europeu, um olhar cheio de preconceitos. Depois, insurge-se. O velho céptico não morre nele completamente, não acredita que a luta resolva definitivamente o problema, mas considera — como homem digno e livre que é — que não pode deixar de se revoltar.

O Fradique de Agualusa não envergonha o de Eça, é tão-só um Fradique do século XX. Literariamente, também o romance do escritor angolano não desmerece a criação do mestre. Agualusa evitou fazer um pastiche, mas mantém os dados estilísticos necessários para que o modelo seja reconhecido pelos leitores.

"Nação Crioula" é um romance luminoso, mas equilibrado. É mesmo espantoso que seja um escritor angolano a reutilizar uma figura literária tão poderosa como é a de Fradique Mendes. José Eduardo Agualusa dá, assim, uma lição a muitos escritores portugueses, tantas vezes pretensiosos, mas muitíssimo pouco ousados.

Depois de "Estação das Chuvas" — um belo romance sobre o caos social da Luanda nossa contemporânea —, Agualusa recua, com este "Nação Crioula", ao século XIX. A sociedade crioula de Luanda — na qual o autor se integra — não sai mais bem tratada. O desprezo que na altura sentia pelo preto boçal do interior, será muito diferente do desprezo que sente hoje?

"Nação Crioula" ganhou o Grande Prémio Literário da RTP. ■

TORCATO SEPÚLVEDA

NAÇÃO
CRIOLA

Título: Nação Crioula
Autor: José Eduardo Agualusa
Editores: RTP e Dom Quixote
159 pgs.

Continuação da pág. anterior

Sampaio nas "praias de sonho"

tura do acordo de paz de Roma entre a Frelimo e a Renamo, em 1992, e com as eleições legislativas e presidenciais de 1994, preparando-se os moçambicanos para votarem este ano na primeira fase do primeiro processo eleitoral autárquico. Joaquim Chissano continuou presidente (53 por cento), mas porque venceu nas urnas a Afonso Dhlakama (34 por cento). E no Parlamento sentaram-se 129 deputados da Frelimo, 112 da Renamo e até nove em representação da coligação eleitoral União Democrática.

Este pluripartidarismo reflecte-se na visita de Sampaio, a primeira de Estado que faz a um país africano e bem diversa da que Mário Soares fez logo após as eleições moçambicanas, ainda dominada pela expectativa. Assim, para além dos encontros com Joaquim Chissano, Sampaio receberá o líder da oposição e presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, e os chefes das três bancadas parlamentares: Armando Guebuza, da Frelimo, Raul Domingos, da Renamo, e António Palange, da União Democrática. E discursará na Assembleia da República, em sessão solene.

Paralelamente aos primeiros passos da democracia política, começou a reconstrução, que teve como mola de arranque os planos de reajustamento estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, surgidos num momento em que Moçambique foi internacionalmente decretado o "país mais pobre do mundo" — uma imagem que os próprios moçambicanos admitem hoje ter sido forçada. Mesmo assim, continua com uma dívida externa de mais de cinco mil milhões de dólares. Apesar de a inflação estar controlada e de, em 1996, o crescimento ter sido de seis por cento, superior ao da vizinha África do Sul.

Com a paz, a corrida dos portugueses a Moçambique acelerou-se, tendo como pano de fundo dois grupos económicos moçambicanos, detidos por portugueses: João Ferreira dos Santos e o grupo Entrepote de António Dias da Cunha. Bem como pela existência da barragem de Cahora Bassa, maioritariamente portuguesa, que se prepara para recomeçar a distribuição à África do Sul e agora também ao Zimbábue.

As iniciativas portuguesas tiveram como rede o apoio do Governo português, numa política iniciada pelo PSD e agora continuada pelo Governo PS. E que tem como instrumento o Fundo para a Cooperação Económica. Uma aposta que é expressa na ida com Sampaio dos ministros do

Equipamento, João Cravinho, da Economia, Augusto Mateus, da Educação, Marçal Grilo, para além de secretários de Estado.

O apoio do Estado português a Moçambique concretizou-se através de um largo programa de cooperação. Desde a formação do exército único pelas Forças Armadas — que integraram também a Onumoz (missão da ONU que se encarregou de fiscalizar a paz e as eleições) — a investimentos como o centro de produção de televisão, ainda em construção, que será entregue à TVM, e que Jorge Sampaio visitará. Ou a recém-criada Interagro-Empresa Portuguesa de Cooperação na Agricultura e Pesca.

Mas também de programas de solidariedade protagonizados por organizações não governamentais (ONG) como a secção portuguesa da Assistência Médica Internacional. A estreia de ONG na comitiva presidencial prende-se com o facto de Portugal estar interessado em manter esta forma de cooperação.

Somos os primeiros

A partir de 1996, Portugal é o primeiro investidor estrangeiro

em Moçambique, ultrapassando concorrentes menos empenhados como o Reino Unido e a África do Sul (demasiado voltada para a sua democratização interna). Os empresários portugueses tiveram de arrancar de um país com infra-estruturas dilaceradas pela guerra. A esta realidade não é alheia a reconstrução de meios vitais, num país com o tamanho de Moçambique, como são os caminhos-de-ferro, em que Portugal participa e que Sampaio faz questão de usar: viajará de Nacala para o Monapo de comboio.

Mas a aposta portuguesa em Moçambique passou em muito pelo sector privado, onde grupos portugueses tinham os meios e as tecnologias e a capacidade de risco necessárias. Bem como a certeza de um mercado interno sedento e a expectativa de trabalhar num país que dá acesso ao mercado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (uma espécie de comunidade económica africana).

Daí o leque de figuras do mundo empresarial que acompanha Sampaio. Tocando todos os sectores da economia, com destaque para os grupos portugueses que dominam em Moçambique

sectores chave como a banca, estaleiros navais, portos, construção civil, cimentos (Sampaio visita a Cimentos de Moçambique), passando pelo turismo e também pela agricultura. Empreendimentos de maior ou menor dimensão que têm que lidar com a realidade de uma economia saída da guerra em que o mercado paralelo de importações à margem dos canais legais (candonga) alimentou a sociedade e onde mantém algum peso.

E neste mundo económico em crescimento que encaixa o programa de Sampaio, privilegiando três pontos nevralgicos de Moçambique: vale do Zambeze, corredor de Nampula e corredor da Beira. Assim, percorrerá várias explorações agrícolas no corredor de Nampula, com relevo para a Companhia Industrial do Monapo, de António Dias da Cunha. No vale do Zambeze fará a incontrolável visita à barragem de Cahora Bassa. Por fim, dedica um dia à Beira, capital da província de Sofala. Aqui, apesar de os interesses empresariais serem manifestos (estaleiros, por exemplo), o programa de Sampaio adquire uma vertente mais social e até cultural, aspecto que estará também presente em Maputo. ■

Falamos em português

DE VISITA a um país cuja língua oficial é o português, Jorge Sampaio passará também pela cultura moçambicana, nesta deslocação a Moçambique. É o resguardar da importância estratégica para Portugal da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para mais quando Moçambique integra também a Commonwealth.

Momento significativo, no domínio das relações culturais bilaterais, é a condecoração de José Soares Martins, adido cultural da embaixada portuguesa, natural do Norte de Portugal, mas que se dedicou a Moçambique

e à História moçambicana, com obras publicadas sob o nome de José Capela.

A cooperação cultural estará, por sua vez, presente através da assinatura de um protocolo entre a Universidade Eduardo Mondlane e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. Mas os aspectos culturais da visita manifestam-se também na ida à escola portuguesa em Maputo (cujas novas instalações estão a ser feitas no âmbito da cooperação), na inauguração de uma livraria da editora NDjinga (de que a Editorial Caminho é sócia), na visita à Universida-

de Católica e ao Centro Cultural da Beira.

O ponto alto na visita cultural propriamente dita surge na deslocação de Sampaio, na quarta-feira, ao Centro Cultural de Matilana, terra natal do pintor Malangatana Nguenha, que chefiava este centro, onde ensina pintura, línguas autóctones e até feitiçaria tradicional. Nessa tarde, o Presidente da República português assistirá ao lançamento de um livro de Nelson Sente — "Maputo — Descrascar a Vida" — e à primeira obra literária em prosa do poeta José Craveirinha: "Hamina e Outros Contos". ■ J.J.A.

Quatro anos e meio de paz

PÚBLICO, 28.4.97

José Pinto de Sá,
em Maputo

A guerra civil terminou em Outubro de 1992 e o FMI diz que as suas medidas de reajustamento estrutural já fizeram milagres. Menos triunfalistas, os moçambicanos queixam-se da dificul-

dade em conciliar salários de miséria e custo de vida, mas ninguém quer o regresso às armas.

Em Moçambique, Presidente e deputados vão exactamente a meio do mandato e é forçoso reconhecer que as coisas têm corrido melhor do que seria de prever num país que sai de 16 anos de

sangrenta guerra civil. A Assembleia da República eleita em Outubro de 1994 é formada por 129 deputados da Frelimo, 112 da Renamo e nove da União Democrática, uma coligação de três pequenos partidos da oposição.

Ao longo destes dois anos e meio, o controlo da maioria nunca foi abala-

Continua na pág. seg.

Continuação da pág. anterior

Quatro anos e meio de paz

do, graças à férrea disciplina partidária da Frelimo e à confrangedora impreparação dos eleitos renamistas. Na sua maioria, estes chegaram ao Parlamento directamente da guerrilha ou das prisões políticas e o seu fervor oposicionista pouco pode contra a bancada frelimista, pejada de ex-ministros, juristas e economistas, formados ao longo de duas décadas de permanência no poder. Muitas vezes os projectos de lei da oposição nem sequer chegam a ser votados, por estarem feridos de inconstitucionalidade simplesmente, mal redigidos.

Contudo, o essencial nunca esteve em risco. Embora os ânimos estejam geralmente bastante agitados na Assembleia da República, nunca, ao longo dos 29 meses desta primeira legislatura, o regime parlamentar foi de facto posto em causa nem o espectro da guerra voltou a pairar sobre o martirizado país.

Hoje, depois de a Frelimo abandonar o marxismo-leninismo e da Renamo aceitar depor as armas e ser oposição parlamentar, já não existem razões políticas susceptíveis de reacender o conflito interno. Também é verdade que o clima é agora pouco dado a aventuras bélicas, depois de o Presidente Nelson Mandela ter prevenido que o Exército sul-africano interviria quando e onde fosse preciso para apoiar os governos democraticamente eleitos da região. Os dias de guerra estão para trás e agora é tempo de relançar a economia regional e construir a Comunidade para o De-

senvolvimento da África Austral (SADC). O apelo de Pretória é irrecusável: "Let's do business."

Inflação controlada

O Fundo Monetário Internacional (FMI) diz que os indicadores económicos são excelentes e inclui Moçambique entre os seus casos de êxito, com seis por cento de crescimento anual e a inflação controlada abaixo dos 20 por cento. Os investidores, tranquilizados pela bonança política, estão a afluir. Portugal é actualmente o número um e continua a acelerar, mas será em breve ultrapassado pela África do Sul e os Estados Unidos, que vão investir em grande nos transportes, mineração e indústria pesada.

O Governo felicita-se pelos resultados das medidas de reajustamento estrutural e a própria oposição louvou a actuação do ministro das Finanças, singularizando-o num gabinete de "moleques do FMI". Avaliando o desempenho governamental no ano findo, o diário oposicionista "Imparcial" deu-lhe a nota mais alta, um 14. Só houve mais uma positiva (um 18 para os Negócios Estrangeiros); e o resto foi tudo corrido a negativas, incluindo um cinco para o primeiro-ministro Pascoal Mocumbi.

Embora nem sempre consiga disfarçar a sua irritação pelas ferroadas mediáticas, o Governo tem respeitado quanto basta a liberdade de expressão. Não há censura prévia nem perseguições contra os jornalistas, que, por sinal, aproveitam pouco, pautando a maioria deles a sua actividade por um seguidismo herdado da era Machel.

O mesmo se pode dizer dos

sindicatos, que foram criados pela Frelimo comunista e que têm acompanhado a sua transição para o conservadorismo, obsessivamente empenhados na paz social.

Mais irreverente é o homem da rua, cansado de apertar o cinto e de ouvir o Governo a pedir um pouco mais de paciência, até que os efeitos do reajustamento estrutural se façam sentir na base. Aliás, é pela vertente social que o caldo se pode entornar. Os benefícios do regime de Samora Machel são recordados com saudade pelos mais pobres, entre os quais o falecido Presidente ainda goza de grande popularidade.

Os sectores da Saúde e da Educação, outrora assumidos pelo Estado, estão agora cerceados e profundamente erodidos. Metade das crianças em idade escolar não têm acesso à primeira classe e o atendimento nos bancos de urgência está condicionado à gorjeta a dar ao enfermeiro.

A corrupção é hoje uma realidade omnipresente, uma praga que aflige a sociedade até aos mais altos escalões. Desde graves irregularidades nas privatizações até ao tráfico de droga, passando pelo suborno do polícia para evitar a multa, o crime está hoje profundamente enraizado. Todos os dias os jornais publicam histórias de negociações pouco transparentes envolvendo altos funcionários e figuras públicas, mas isso já não choca ninguém. É o que o povo chama "cabritismo", por alusão a um conhecido provérbio: o cabrito come onde está amarrado.

No tempo de Machel não era assim, que ele não deixava, dizem os moçambicanos. Ao longo dos primeiros 22 anos de independência, muita coisa mudou, por várias vezes. Comparando o presen-

te com os dias do poder popular, dizem sempre: "No socialismo, ganhávamos bem, mas não havia nada à venda; agora, com o capitalismo, as lojas estão cheias de coisas, mas ninguém tem dinheiro para as comprar."

Ao cabo de quase duas décadas de prateleiras vazias, o comércio cidadão, controlado por empresários de origem paquistanesa e indiana, oferece agora uma variedade de artigos que vão do tractor ao computador. A quem pode pagar, claro.

A vida está caríssima e os salários são irrisórios. Dificilmente se come uma refeição num restaurante de Maputo por menos do equivalente a 1700 escudos, mas um operário ganha um décimo disso por dia. Nestas condições, as pessoas desdobram-se em acrobacias para conseguir sobreviver.

O escriturário fornece chamuscas aos colegas da repartição, enquanto a mulher se instala com uma caixa térmica diante da porta e vende cerveja aos transeuntes. E a filha, depois das aulas, troca o uniforme pela mini-saia e vai fazer pela vida.

Os indicadores do FMI, por brilhantes que sejam, não enchem a barriga e os programas de alívio à pobreza têm de passar das intenções à prática, para que as gritantes injustiças sociais não façam perigar a estabilidade política. Pelo menos, é de admitir que a Frelimo pague por esse descontentamento já em Novembro, nas primeiras eleições autárquicas. ■

Grupos nacionais regressam

Portugal é o principal investidor

PORTUGAL É o principal investidor estrangeiro em Moçambique, com 24,1 por cento do investimento estrangeiro total, que, entre 1985 e 1996, perfaz 346,1 milhões de dólares. Desde Outubro de 1992, data da assinatura dos acordos de paz, que os grupos portugueses iniciaram o regresso a Moçambique, assumindo actualmente um papel preponderante em sectores como a banca, a construção e a indústria agro-alimentar.

O movimento de penetração tem sido marcado recentemente pela forte presença de empresas nacionais nos concursos de privatizações lançados pelo Governo moçambicano. No caso da

banca, a posição marcante dos grupos financeiros portugueses chegou mesmo a causar algum mal-estar interno. Responsáveis moçambicanos criticaram o protagonismo português, que catalogaram de excessivo e com tendências neocolonialistas.

Só no ano passado a Caixa Geral de Depósitos comprou o Banco Comercial e de Investimento de Moçambique, o Banco Mello venceu a privatização do Banco Comercial de Moçambique e, em finais de 1996, o Banco Comercial Português criou, de raiz e em parceria com instituições estatais moçambicanas, o Banco Internacional de Moçambique. Se acrescentarmos as ins-

tuições portuguesas com presença mais antiga, como por exemplo o Banco Standard Totta de Moçambique e o Banco de Fomento e Exterior, a finança portuguesa quase que domina o sector da banca em Moçambique. A última privatização do sector bancário moçambicano, a do Banco Popular de Desenvolvimento, está em curso, e, embora se desconheça a composição dos quatro consórcios concorrentes, prevê-se também a participação de instituições nacionais.

Mais atrasadas estão as operações de privatização da LAM — Linhas Aereas de Moçambique e da TDM — Telecomunicações de Moçambique, que poderão des-

perar igualmente algum interesse junto das congéneres portuguesas, TAP e Portugal Telecom. Aliás, Ferreira Lima e Murteira Nabo, presidentes da TAP e da PT, respectivamente, fazem parte da delegação empresarial que acompanha Jorge Sampaio.

Ao ataque nos cimentos

Ainda no que toca às privatizações, a Cimpor e a Barbosa & Almeida marcaram triunfos ao passar a controlar a Empresa de Cimentos de Moçambique e a Vidreira de Moçambique, respectivamente. O Governo moçambicano prepara-se ainda para

avancar este ano com a privatização de 11 empresas agropecuárias. Neste capítulo, a AJAP — Associação dos Jovens Agricultores de Portugal assinou um protocolo com a congénere moçambicana, com o objectivo de intensificar a cooperação nas áreas de apoio logístico à instalação de jovens agricultores de formação profissional.

Os empresários portugueses revelaram também um interesse considerável pelo sector do turismo. Para além do grupo Pestana que já conta com alguns empreendimentos em Moçambique, o grupo Quintas & Quintas projectou a construção de dois hotéis-casino em Maputo e Bile-

ne, no Sul de Moçambique, num investimento total superior a 3,5 milhões de contos. Sobressai ainda o investimento de Cahora Bassa, onde o passivo assumido pelo Estado português já ultrapassa os 400 milhões de contos.

Por último, Moçambique conta ainda com a colaboração da Bolsa de Valores de Lisboa para arrancar com o seu mercado de valores mobiliários, previsto para este ano.

José Lamego, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, deixou em Maputo, há cerca de dois meses, uma promessa: Portugal vai reforçar o investimento em Moçambique, em 1997 e 1998, nas áreas agrícolas, comercial e de distribuição. Este responsável anunciou, na altura, a preparação de um grande projecto na área da distribuição comercial que envolvia importantes grupos portugueses. ■

Sílvia de Oliveira

PÚBLICO, 28.4.97

Jorge Sampaio e Joaquim Chissano apostam num discurso de cooperação entre iguais

Presidentes sem complexos

PÚBLICO, 29.4.97

Da nossa enviada
São José Almeida,
em Maputo

Um novo tipo de relação bilateral entre Portugal e Moçambique foi ontem oficialmente selado com o início da visita de Estado de Jorge Sampaio em Maputo. Um ciclo dominado pelo conceito de amizade entre iguais e em que o denominador comum é a ideia de que o futuro se constrói sem complexos. Mas também sem sobranças. Sampaio e Chissano começaram a trilhar o caminho juntos. Rumo ao futuro.



Jorge Sampaio foi efusivamente recebido logo à chegada ao aeroporto de Maputo

A certeza no futuro trilhado a par foi a tônica de arranque da visita de Estado do Presidente da República, Jorge Sampaio, a Moçambique, que ontem começou em Maputo. Foi um Sampaio convencido da "certeza" de que ambos os "países reforçaram os seus laços de amizade, alicerçando-os em novas formas de diálogo e cooperação", que ontem se apresentou na sede da presidência moçambicana para o primeiro encontro com o seu homólogo moçambicano, Joaquim Chissano.

Mas se Sampaio está apostado num futuro comum,

descomplexado e sem arrogância — enquadrado de parte a parte pelo desenvolvimento próprio em cada região (Portugal na União Europeia, Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) —, o Presidente moçambicano assumiu também uma atitude de abertura a Portugal, diferente de alguma desconfiança que pode ter ensombrado no passado o olhar das autoridades de Maputo em relação a Lisboa.

Chissano abriu a visita salientando a nova atitude de Portugal, que é o primeiro investidor em Moçambique e mostra "um espírito de ami-

zade e com as melhores intenções". O Presidente moçambicano garantiu que Maputo possui o "mesmo espírito de amizade" e quer "partilhar" com Portugal experiências para obter "melhores laços de cooperação bilateral". Tudo para que as relações com Portugal ajudem a cimentar o "construir do futuro" de Moçambique.

Os bons olhos com que as autoridades moçambicanas vêem esta nova fase de relações bilaterais e o papel de peso que Portugal adquire no desenvolvimento moçambicano, bem como a forma elogiosa como consideram a figura

de Jorge Sampaio, levaram a que o Presidente de Moçambique assinasse um decreto agraciando o Presidente português com o 1.º Grau da Ordem Amizade e Paz.

A partida este facto parece irrelevante, para mais quando Sampaio brindou Chissano com a Ordem de Santiago. Mas tendo em conta que desde que a Constituição de Moçambique foi revista em 1992, não têm sido atribuídas condecorações, e que, desde então, a regra só foi quebrada uma vez, em 1994, para Nelson Mandela, o peso da condecoração de Sampaio muda de figura.

E foi um Jorge Sampaio consciente do novo olhar de Moçambique para Portugal que ontem à noite discursou no banquete com que foi recebido por Chissano. O Presidente assumiu mesmo a missão de deixar implícita a crítica a um certo tipo de "solidariedade", de "cooperação" e de "investimento" português que ainda vê Moçambique como a "antiga colónia".

Falando de Moçambique como país autónomo e independente, que é, Sampaio apelou à cooperação portuguesa, mas não deixou de salientar a necessidade de que a

ajuda se faça "contribuindo para a criação de condições de crescimento auto-sustentado". Ou seja, sem paternalismos anacrónicos e desajustados. E sublinhou que se deve privilegiar "a formação profissional dos moçambicanos" e que estes não devem ser "apenas encarados como meros instrumentos de um sistema de mercado".

Uma cooperação que Sampaio jurou ser "para Portugal uma política prioritária". E que passa pela defesa dos interesses de Moçambique na comunidade internacional, mas também e, sobretudo, pelo futuro (esta foi a palavra mais repetida pelos dois presidentes) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Uma entidade que os moçambicanos vêem com um misto de expectativa e ceticismo, já que integram a Commonwealth e a normalização de Angola é vista como determinante para as construções de relações e de uma entidade multilateral que ultrapasse as relações bilaterais.

Hoje, a visita prossegue ainda com forte teor institucional. Logo pela manhã, Sampaio recebe o líder da oposição e da Renamo, Afonso Dhlakama, e depois os líderes das três bancadas parlamentares. Segue-se uma sessão solene na Assembleia da República de Moçambique, onde Chissano faz questão de estar presente. A importância que o Presidente de Moçambique manifestamente está a dar a esta visita de Estado levou-o mesmo a querer estar presente na maior parte possível de iniciativas. ■

Quadro do ANC falou em Lisboa de segurança na África do Sul

PÚBLICO, 30.4.97

Ninguém morre por ser português

NINGUÉM é abatido na África do Sul pelo simples facto de ser português; e as maiores vítimas da criminalidade no país são mesmo os negros, membros da comunidade maioritária. Esta a mensagem ontem deixada em Lisboa por um dos quadros principais do ANC, Yasmin Jessie Duarte, secretária provincial da Segurança em Gauteng, a região que engloba Joanesburgo e Pretória.

Muitas pessoas, independentemente da sua cor, têm sido alvo de assaltos mortais porque mantêm abertos até tarde — já de noite — pequenos estabelecimentos, como mercearias ou lugares de hortalícia, em zonas degradadas, com elevado índice de criminalidade. Mas acontece que, na sua maioria, a comunidade

negra não tem ainda tão fácil acesso aos meios de comunicação social quanto outros grupos populacionais; de modo que não se sabe que é regularmente vítima de crimes de delito comum, explicou Jessie Duarte durante um almoço da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana, presidida por Enrique Santos.

"Na África do Sul todos são hoje em dia iguais aos olhos da lei. Não há discriminações. E gostaríamos que aumentassem as relações entre os nossos dois países, que soubessem aqui que conseguimos a estabilidade política e que muitos cidadãos de origem portuguesa a viver há três gerações na nossa terra se considerassem verdadeiramente sul-africanos e não

mais ali se sentissem como estrangeiros", disse a visitante, de ascendência indostânica, casada com um bisneto de portugueses.

"O debate vivo a que actualmente se assiste entre o ANC e a segunda formação política do país, o Partido Nacional, anteriormente no poder, não é diferente daquele a que se assiste na Grã-Bretanha entre trabalhistas e conservadores, ou nos Estados Unidos entre democratas e republicanos. Temos de dizer certas coisas uns aos outros; e ainda bem que assim é", sublinhou Jessie Duarte, que veio a Portugal a convite do ministério da Administração Interna, tendo mantido contactos com a Polícia de Segurança Pública e com a Guarda Nacional Republicana.

De acordo com as suas explicações, o elevado índice de criminalidade ainda há poucos anos patente na África do Sul, muito em particular nas províncias de Gauteng e do Kwazulu/Natal, tende agora a diminuir, podendo assim o país desempenhar mais facilmente o papel de relevo que lhe cabe em toda a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

No dia 22 de Maio, o primeiro-ministro de Gauteng, Tokyo Sexuale, e o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, vão inaugurar a delegação em Joanesburgo da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-africana, seguindo-se a 23 a abertura de um escritório na Cidade do Cabo. ■ J.M.

Estado e empresários já "vêm com respeito" para Moçambique

PÚBLICO, 1.5.97

Joaquim Chissano sublinha nova atitude portuguesa

Da nossa enviada
São José Almeida,
em Maputo

Chissano decidiu pôr os pontos nos is: os portugueses "vêm com respeito". Uma nova atitude da classe empresarial e do Estado português que o Presidente de Moçambique garante que já tinha detectado. Só que agora veio "ao de cima". As elites moçambicanas estão surpreendidas. O passado parece ter ficado, definitivamente, para a História.

Joaquim Chissano assumiu por fim que existe uma nova estratégia de Portugal em relação a Moçambique. Depois de o Presidente português se ter desdobrado em declarações, ressaltando um novo ciclo de relações bilaterais e sublinhando que Portugal não está a olhar para Moçambique com uma atitude passadista e paternalista, Chissano aproveitou o banquete que lhe foi oferecido por Sampaio, na terça-feira, e a ida ontem ao Centro Cultural de Portugal em Maputo para tirar as dúvidas a quem as tivesse ainda.

Foi a continuação do domínio da visita pelas questões que se prendem com a política

de relações bilaterais e a nova estratégia de Portugal para a cooperação em Moçambique. E que suplantou o programa cultural iniciado com a inauguração de uma livraria e uma visita ao Centro da Matalana (onde os dois presidentes almoçaram), um projecto-piloto, liderado pelo pintor Malangatana, de recolha de traços culturais da tribo ronga e formação cultural de jovens e adultos. O centro tem um protocolo de trabalho com o Instituto de Psicologia Aplicada de Lisboa.

Na tarde de ontem, na sua primeira visita ao Centro Cultural, para assistir à condecoração por Sampaio de José Craveirinha, José Soares Martins (José Capela) e Inês Nogueira da Costa, Chissano garantiu que não há razões para ver como "ameaça" os investimentos portugueses em Moçambique e fez questão de frisar que já "tinha percebido, há muito tempo" que a atitude mudou, dando como prova disso o "crescimento das relações empresariais", anterior a esta visita de Estado, mas que, na opinião do Presidente de Moçambique, ela "traz ao de cima".

Já na terça-feira Chissano tinha abordado o tema no banquete no Hotel Polana, para acabar com as dúvidas que ainda ensombram alguns sectores do poder: "Estes senhores que regressam hoje não são os que o nosso povo não deseja. Estes vêm com respeito ao nosso povo, com respeito pela nossa soberania, vêm para cooperar, vêm para aprender."

Era Chissano a arredar de vez os temores de segmentos da elite moçambicana, que não esconde a sua surpresa ante esta visita de Estado, quer ao nível da recepção que a comitiva presidencial tem tido, quer ao nível da delegação empresarial que a integra e o rol de investimentos estratégicos que agora são expostos em conjunto. Mas que tem como bissectriz a aposta em empreendimentos que criem estruturas locais, formem quadros moçambicanos e criem emprego. E nestes dias foram concluídos acordos ao nível da indústria dos fármacos (Bial), do prosseguimento da exploração viúvrea, da construção civil e de outros sectores. Um leque de investimentos que ontem arrancou comentários de observadores locais como este: "Finalmente os portugueses abandonaram a jóia da coroa (Angola) e decidiram olhar a sério para Moçambique!"

Se da parte moçambicana a nova situação foi assumida, o Presidente português também não se cansa de enviar sinais. Ontem, na recepção à comunidade portuguesa em Maputo lembrou que não se "deve ou pode apagar a história", mas que "os tempos são diferentes" e "não há lugar para ressentimentos". E lançou o apelo: "Neste tempo novo, vamos meter mãos à obra!" A ideia de um novo tipo de relação bilateral foi repetida, mas aqui com um peso superior. O Presidente garantiu que "hoje tudo mudou, porque é chegado o momento do verdadeiro encontro de culturas, encontro que só pode existir quando a li-

berdade assegura a sobrevivência das diferenças, quando a vontade se substitui à imposição da força ou às contingências da história".

Sampaio elegeu a recuperação patrimonial e humana da Ilha de Moçambique como símbolo do novo ciclo. Esta pequena ilha, que é cidade patrimonial mundial e que possui património arquitectónico português raro ou único, mas que a guerra entre a Renamo e a Frelimo transformou em refúgio de deslocados, carece de recuperação humana e arquitectónica de custos elevadíssimos e conhecimentos técnicos específicos. Apesar de classificada pela UNESCO e à partida existir dinheiro, os projectos têm tardado. No terreno, a Oikos, por exemplo, tem ensaiado algumas intervenções e há interessados em investir, como a Comunidade Aga Khan, que tem tido conversações com o Estado português com vista a uma intervenção no campo da saúde e cuidados básicos.

Amanhã, em Maputo, será assinado um protocolo entre a Comissão dos Descobrimentos e o Ministério da Educação de Moçambique para a recuperação da Capela de Nossa Senhora do Baluarte. Mas o presidente da comissão, António Hespanha, explicou ao PÚBLICO a intenção de criar um protocolo mais vasto que permita que a instituição a que preside canalize verbas para a intervenção na Ilha de Moçambique. De fora do programa deverá porém ficar a visita prevista de Sampaio pela Ilha de Moçambique, no próximo domingo. ■

Guiné-Bissau

Tensão aumenta nas principais cidades

PÚBLICO, 1.5.97

UM MORTO, dezenas de feridos e várias prisões é o resultado de uma semana de violência entre estudantes — que apoiam a greve dos professores, que exigem o pagamento de salários e subsídios atrasados — e polícias em Bissau, Bafatá e Gabu. "Abaixo o Governo" e "queremos soluções", são os "slogans" mais repetidos pelos jovens, que acusam a polícia de agressão.

Caso o Governo não prove que vai proceder aos pagamentos atrasados, está prevista para amanhã, na capital guineense, uma "meçamanifestação" de es-

tudantes e professores, disse ao PÚBLICO um membro da comissão de estudantes, que rejeitou qualquer ligação da sua luta reivindicativa com partidos políticos da oposição.

Elementos armados da brigada anti-motim foram colocados em pontos estratégicos da capital, o trânsito condicionado em zonas vitais e a segurança reforçada nas cidades de Bafatá e Gabu, onde nos últimos dias se registaram também confrontos violentos. Mas há quem veja no dispositivo montado uma dupla função: dissuadir os manifestan-

tes e garantir uma operação de troca de moeda (peso por CFA) prevista para amanhã, sem sobressaltos.

Professores, estudantes, bancários, enfermeiros e marinheiros, estão envolvidos numa onda de greves e manifestações contra o Governo. Os funcionários do Banco Central querem ver os seus pagamentos resolvidos antes da entrada em funcionamento do Banco da África Ocidental (BCEAO), prevista para amanhã — um render de guarda ditado pela adesão da Guiné-Bissau ao espaço monetário francó-

fono, cuja moeda, o franco CFA, circula já em sete países da África Ocidental.

Tudo se complicou na semana passada, quando mais de dois mil estudantes convocaram uma manifestação junto ao Ministério da Educação, que acabou com arremesso de pedras contra o edifício e viaturas do Estado. Seguiu-se o apedrejamento das escolas portuguesa e francesa, por serem frequentadas pelos filhos dos governantes. Rapidamente as reivindicações de Bissau alastraram, violentas, a Babu e Bafatá. Um jovem de 12 anos atingi-

do com uma bala, durante a manifestação de segunda-feira em Gabu, acabou por morrer no hospital central de Bissau. De acordo com uma rádio local, terá sido atingido num pulmão. Dezenas de estudante e agentes das forças de segurança receberam assistência médica na sequência dos confrontos dos últimos dias.

As igrejas católica e muçulmana, as duas principais religiões da Guiné-Bissau, tomaram a posição perante o recrudescimento da tensão social, manifestando-se solidárias com a luta dos estudantes e professores

e criticando a "violência física contra pessoas e bens".

Perante a possibilidade do aumento da contestação — duas cidades do Norte, Mansou e Canchungo, estavam ontem na rota dos protestos —, o Conselho de Ministros reuniu-se ontem de emergência e deu instruções ao Ministério das Finanças para liquidar os pagamentos atrasados. A reacção dos bancários é exemplificativa da desconfiança reinante: Só "com dinheiro à vista". ■

António Soares Lopes,
em Bissau

Jorge Sampaio visitou a província de Nacala

PÚBLICO, 2.5.97

Um comboio para o futuro

Da nossa enviada São José Almeida, em Quelimane

Jorge Sampaio subiu ontem ao Moçambique profundo. Viajou de avião, comboio e jipe, tudo para saber o estado da província de Nacala, até onde já avançou a recuperação e o que falta fazer, neste corredor estratégico da África Austral. E fê-lo tomando como exemplo empreendimentos ligados a Portugal: o caminho-de-ferro e a Companhia Industrial do Monapo.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, dedicou o dia de ontem a uma volta alucinante pela província moçambicana de Nacala, tudo para ver o estádio de recuperação daquele corredor estratégico para a África Austral que liga, atravessando Moçambique, o Malawi ao Índico. Chegou de C-130, seguiu de jipe até ao caminho-de-ferro de Nacala, foi de comboio ao Monapo, seguiu daí, ainda de comboio, até Nampula e voltou a meter-se no avião da Força Aérea Por-

tuguesa para jantar em Quelimane.

Apesar do ritmo, Jorge Sampaio estava satisfeito, não só pelas recepções que recebeu, mas porque, como ele mesmo confessou, percebe agora que teve razão antes do tempo, ao acreditar que a aposta em Moçambique valia a pena.

E estendendo o seu regozijo a outros garantiu: "Tiveram razão os que ficaram e apostaram no desenvolvimento, durante os dias difíceis."

Sampaio aproveitou a vi-

sita às instalações da Companhia Industrial do Monapo, onde almoçou, para usar como exemplo o grupo Entrepósito de António Dias da Cunha, industrial português que permaneceu em Moçambique após a independência, passando o seu grupo empresarial a ser moçambicano. O Presidente voltou a bater na tecla de que a estratégia de investimentos portugueses tem de passar pela formação de quadros locais e pela aposta em empreendimentos sustentados, até porque, defendeu, "não é incompatível aquilo que deve ser o progresso económico e o desenvolvimento humano".

Linha reconstruída

Um apelo de Dias da Cunha explicou já ter posto em prática. Emprega cerca de nove mil trabalhadores nas suas empresas moçambicanas, dois mil dos quais no Complexo industrial do Monapo (Companhia Industrial do Monapo, Sociedade Algodoeira do Monapo e Companhia de Caju do Monapo).

Mas nem só de investimentos antigos viveu o dia de ontem. Outros dos pontos altos da visita do Presidente da República à província de Nacala foi a viagem de comboio pela linha que constitui um dos vértices do corredor de Nacala, a par com o porto de águas profundas (o mais profundo da costa oriental de África) e com as vias rodoviárias.

Optando por conhecer o caminho-de-ferro de uma forma directa, Sampaio viajou cerca de quatro horas de comboio. Percorreu assim troços de uma linha férrea que alimenta uma parte substancial da economia moçambicana — e não só — e que tem sido reconstruída desde a assinatura de paz entre a Renamo e a Frelimo.

Situada numa zona em que a Renamo foi muito activa, a linha ficou sem possibilidade de tráfego, ou sem carris ou com estes minados. Portugal participou na sua recuperação ao lado do Canadá e da França. Até agora foram reabilitados mais de 500 quilómetros de via faltando quase 80. O investimento previsto para termi-

nar a linha é de cerca de 40 milhões de dólares para os quais Portugal deverá contribuir com cerca de 20 por cento.

Para além da economia e do desenvolvimento de Moçambique, Sampaio dedicou o dia de ontem a contactos com as populações. A chegada a Nacala e a Nampula foi recebido por comunidades de portugueses residentes em Moçambique e por delegações das autoridades moçambicanas. Todas as paragens de Jorge Sampaio foram saudadas com cantos de boas vindas e as populações que se aglomeraram nas estradas levaram mesmo Sampaio a fazer troços do percurso de jipe sentado na janela.

A volta do Presidente português pelo Moçambique profundo continua hoje na Zambézia e prossegue com incursões na província de Tete, onde visita a ainda parada barragem de Cahora-Bassa, o maior empreendimento português em Moçambique, visitando sábado a província de Sofala, que alberga outro ponto nevralgico da África Austral: o corredor da Beira. ■

Guiné-Bissau

PÚBLICO, 2.5.97

Hoje é a entrada na zona francófona

TUDO ESTÁ marcado para que na Guiné-Bissau principie hoje a operação de troca da moeda nacional, o peso, pelo franco africano, o CFA, o que significa que o país presido desde 1980 por João Bernardo Vieira, "Nino", entra decididamente na órbita da França, constituindo para ela um pequeno prémio de compensação, agora que Paris está a perder terreno noutra zona de África: o Zaire.

A não ser que haja algum adiamento de última hora, conforme o "Diário de Bis-

sau" chegou a admitir na quarta-feira, o Banco Central guineense deixa de existir e em seu lugar entra hoje em funcionamento uma delegação local do Banco da África Ocidental, que também serve o Senegal, o Mali, o Níger, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Togo e o Benin.

Com esta aposta na grande família francófona, que cobre a maior parte do espaço situado entre a fronteira meridional da Mauritânia e a foz do rio Congo, ou Zaire, a Gui-

né-Bissau espera que surjam mais capitais interessados em a desenvolver, a partir das pescas, das jazidas de bauxite, da agricultura e até mesmo de algumas potencialidades turísticas.

Tendo-se proclamado unilateralmente independente de Portugal no dia 24 de Setembro de 1973, sem esperar pelo 25 de Abril e pela determinação lisboeta de descolonizar, a pátria durante os seus sete primeiros anos de existência presidida

por Luís Cabral vinha desde o fim de 1994 a tender cada vez mais para a zona onde reina o franco CFA, cujo valor é um centésimo do franco francês. Ou seja, equivale a 30 centavos.

Resta agora ver se a generalidade da população da Guiné-Bissau — um milhão de habitantes, extremamente pobres — virá a tirar algum proveito das medidas que estão a ser tomadas pelo Governo de Manuel Saturnino da Costa, secretário-geral do PAIGC. ■

Petrogal aumenta produção em Angola

EXPRESSO, 3.5.97

A PETROGAL Exploração (ex-Galp África) iniciou em 30 de Abril a actividade de produção média de petróleo, designadamente com a obtenção de resultados positivos nos trabalhos de prospecção petrolífera na costa de Angola. Segundo informação da Petrogal, obtiveram-se resultados positivos no poço 14-2X, localizado em zona de águas profundas ao largo de Angola, a 10 milhas da concessão de Cabinda. É sublinhado que «os resultados ini-

ciais indicam um caudal combinado de cerca de 7500 barris de petróleo por dia», sendo, no entanto, necessário «uma avaliação mais profunda da descoberta, antes de se elaborar o plano de desenvolvimento». A prospecção deste poço foi desenvolvida pelo consórcio que integra as empresas Sonangol, Cabinda Gulf Oil Company (Cabgoc), Agip Angola, Total Angola e Petrogal.

O poço 14-2X é um dos cinco po-

ços cuja pesquisa está prevista executar no bloco 14, onde a Petrogal, através da Petrogal Exploração, participa com uma quota de 9 por cento. Do consórcio também fazem parte uma afilhada da petrolífera norte-americana Chevron, a Cabgoc, com 31 por cento, a angolana Sonangol, a italiana Agip e a francesa Total, cada uma com 20 por cento.

Recorde-se que, em 1992, a Petrogal assinou com a Sonangol um contra-

to de partilha de produção, para o bloco Cento da zona terrestre de Cabinda, onde detém uma posição de 20 por cento e no qual está associada ao operador BP, à Repsol, à Sonangol e à Statoil. Contudo, a inoperacionalidade das condições de exploração tem adiado os trabalhos. Além disso, a Petrogal também participa com 10 por cento no campo de Safueiro (Bloco 1).

J.F.P.F.

Guiné-Bissau

PÚBLICO, 3.5.97

Um país em franca mudança

COM UM atraso de três horas, a operação de troca de moeda, peso por franco CFA, começou ontem em toda a Guiné-Bissau, decorrendo sem incidentes, sob a vigilância de um forte dispositivo policial, mas com pouca procura.

Enquanto decorria o processo de troca de moeda, alguns funcionários do Ministério da Educação estavam numa grande azáfama, levantando sacos com pesos para procederem ao pagamento dos salários em atraso aos professores, a fim de evitar a continuação da greve e das manifestações de rua previstas para hoje em Bissau.

A operação é dirigida directamente pelo Banco da África Ocidental, está prevista para três meses, e marca a última etapa da entrada da Guiné-Bissau na União Monetária da África Ocidental (UMOA), como o seu oitavo membro.

O primeiro-ministro Saturnino Costa considerou que a adesão à UMOA vai permitir uma estabilidade monetária e asseverou que passa a dispor de uma reserva mensal de 200 mil dólares para o pagamento regular de funcionários públicos.

Os países da UMOA (63 milhões de habitantes) têm alcançado consideráveis níveis económicos e financeiros. O crescimento em volume do seu Produto Interno Bruto (PIB) subiu para 5,4 por cento em 1996, ultra-

passando pelo segundo ano consecutivo o crescimento demográfico. As pressões inflacionistas continuaram a sua desaceleração desde 1994, e a alta de preços atingiu um nível próximo do que se registava antes da desvalorização do franco CFA (50 por cento) em relação ao franco francês.

Em curso está já a preparação do dossier da integração regional da Guiné-Bissau, que passa pela sua adesão à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento vai propor brevemente à consideração da comunidade internacional um projecto de financiamento de tal integração.

Viragem conservadora

O próximo passo político importante a ser dado por Bissau é a adesão do PAIGC à família dos partidos conservadores. O primeiro sinal neste sentido foi dado em Março, no fim da visita de Marcelo Rebelo de Sousa, com a assinatura de um acordo de colaboração entre o PAIGC e o PSD português. Em Junho, terá lugar em Lisboa uma cimeira entre estas duas formações políticas, devendo nesta ocasião ser discutido o papel dos guineenses no fórum africano dos partidos conservadores.



João Bernardo Vieira

Um acentuado realinhamento político vem acontecendo na Guiné-Bissau, nos últimos 15 anos. Outrora considerado "país irmão" das desaparecidas URSS e RDA, e demais países do Leste europeu, hoje a pátria de João Bernardo Vieira procura esquecer o passado. Os tempos em que vigorava o centralismo democrático, a democracia revolucionária, os tempos em que até os partidos socialistas do Ocidente eram vistos com desconfiança. Tempos em que os discursos de Sekou Touré encontravam larga audiência no PAIGC. Não fora a Guiné Conacri a principal base de apoio na luta de independência dos guerrilheiros de Amílcar Cabral.

O único elemento comum e

que se mantém em todo este processo, embora ele próprio tivesse sofrido mudanças, é o PAIGC, que desde os anos 60 vem marcando e influenciando a vida nas terras da Guiné.

As mutações guineenses tiveram a sua gênese no golpe de Estado que em Novembro de 1980 derrubou Luiz Cabral e pôs fim ao projecto de unidade com Cabo Verde, até então a pedra angular do programa político do PAIGC. Seguiu-se a liberalização comercial e a aplicação de um Programa de Ajustamento Estrutural.

O efeito de arrasto destas medidas mais a pressão internacional dão origem a uma abertura política e ao surgimento de novas formações políticas. O país entra no período multipartidário e as primeiras eleições livres em 20 anos de independência são ganhas em 1994 pelo PAIGC, embora imprimam um novo colorido ao Parlamento, com quatro diferentes bancadas a disputarem a agenda política.

Vencendo largamente, mesmo tendo o seu líder carismático, "Nino" Vieira, sido obrigado a uma segunda volta para manter a Presidência, o PAIGC decide aprofundar as mudanças. Entrega-se aoito às metas do Banco Mundial; e cumpre o programa, embora com algumas derrapagens, que provocam atrasos na entrega das "tranches" de ajuda,

balões de oxigénio para uma economia fragilizada.

A Formosa, nova parceira, abre os cordões à bolsa e "quebra" a quarentena imposta pelo Banco Mundial devido a alguns devaneios do Governo. Taipé põe à disposição de Bissau 52 milhões de dólares e avança com a aplicação de uma série de projectos.

Entre os novos parceiros da Guiné-Bissau destacam-se Israel, Indonésia e Marrocos, depois de em Abril último o Governo de Saturnino Costa ter deixado de reconhecer a República Árabe Sarauí Democrática.

O Acordo Base de Cooperação Técnico-Científico, assinado em Março de 1994, marcou o início das relações diplomáticas com Israel, estando em preparação projectos de apoio nas áreas da saúde, agricultura, desenvolvimento rural e pescas.

Com a Indonésia, país tido como inimigo durante mais de 20 anos devido à anexação de Timor-Leste, também se produziu uma inversão, com troca de delegações ministeriais, estabelecimento de relações diplomáticas e a designação do presidente da Associação de Amizade Portugal-Indonésia, Manuel Macedo, para cônsul de Bissau em Coimbra, o que só não se efectivou devido ao silêncio do Governo português ao longo de seis meses.

António Soares Lopes, em Bissau

«Não falemos mais do passado»

REFINALDO CHILENGUE

correspondente em Maputo

Sampaio e Chissano contra o fantasma da recolonização

EXPRESSO, 3.5.97

O FANTASMA da recolonização portuguesa de Moçambique através do incremento da cooperação económica foi de novo levantado, por alguns sectores, em Maputo, durante a visita que o Presidente português, Jorge Sampaio, está a efectuar à antiga colónia da costa oriental de África.

Sampaio e o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, tudo fizeram para desdramatizar a situação, vincando a necessidade de cooperação entre as duas nações, «preservando cada uma a sua identidade». Chissano afirmou que os portugueses e outros estrangeiros que estão a investir em Moçambique são «simples investidores e não recolonizadores». E Sampaio, numa entrevista em simultâneo para a TV e a Rádio Moçambique, repetiu a necessidade de uma cooperação que tem na cultura e na língua dois grandes trunfos.

«Há uma base extremamente importante. Não precisamos de intérpretes nem de explicar nada (...). Em Portugal também precisamos de investimentos estrangeiros e estamos constantemente a pedi-los», enfatizou o estadista português.

Emocionado e gesticulando

energicamente, Sampaio repisou a mesma tecla na quarta-feira, durante a cerimónia de lançamento do livro *Hamina e Outros Contos*, do Prémio Camões moçambicano, José Craveirinha, apelando de forma inequívoca aos portugueses e aos moçambicanos para não olharem para o passado: «Peço-vos definitivamente para que não falemos mais do passado, já chega. É essa a responsabilidade que aqui trago».

Portugal é o principal investidor no quarto país mais endividado do Mundo — cerca de cinco mil milhões de dólares —, tendo o ano passado desembolsado perto de 350 milhões de dólares, montante equivalente a aproximadamente o dobro das exportações anuais de Moçambique.

O mais importante empreendimento económico que liga os dois países é o complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa (HCB), que a partir deste ano fornecerá energia não só ao velho consumidor, a África do Sul, mas também ao Zimbábue e a outros países da África austral.

Outra área privilegiada nas relações entre Maputo e Lisboa é a banca, além de outros projectos

de recuperação económica e social num país que saiu em finais de 1992 de uma guerra civil de 16 anos. Portugal manifestou também a sua disponibilidade para apoiar, em coordenação com a comunidade internacional, os esforços de Moçambique para a realização das primeiras eleições autárquicas, agendadas para Novembro. A disponibilidade portuguesa foi reafirmada por Sampaio no Parlamento moçambicano, depois de se ter reunido, em separado, com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e com os chefes das três bancadas da Assembleia da República.

Oposição queixa-se a Sampaio

Todos os representantes dos partidos da oposição moçambicana aproveitaram o encontro com Sampaio para fazer críticas sobre a forma como as eleições autárquicas estão a ser preparadas, tendo Dhlakama afirmado ter dito ao Presidente português que serão «umas eleições entre aspas». O ex-guerrilheiro acrescen-

tou que Sampaio «concordou» com ele mas que disse não estar em Moçambique «para dar ordens a ninguém».

A visita do Presidente português, que termina amanhã, foi largamente aproveitada por agentes económicos, políticos, intelectuais e da cultura dos dois países para inaugurações, seminários, acordos e protocolos de cooperação, desabafos e lançamentos de publicações. Sampaio inaugurou a primeira livraria portuguesa no pós-independência e participou no lançamento dos livros *Desenrascar a Vida e Hamina e Outros Contos*, de Nelson Saúte e José Craveirinha, respectivamente. Presidiu à inauguração do Centro Cultural Português e de uma exposição de artistas moçambicanos no Centro Cultural de Matlane e visitou a barragem de Cahora Bassa.

O património da ilha de Moçambique, na província norte-nordeste de Namupa, o mais importante símbolo histórico da presença portuguesa na costa oriental africana, beneficiará dentro em breve de obras de restauro patrocinadas pelo Governo português e pela Fundação Aga Khan. A reabilitação da secular ilha deverá incluir a restauração da fortaleza e de uma capela do século XVI.

Cimeira de paz no Zaire adiada

Luanda pede a Kabila que mantenha ofensiva

EXPRESSO, 3.5.97

O LÍDER rebelde zairense, Laurent Kabila, recusou, à última da hora, comparecer ao encontro com Mobutu, alegando motivos de segurança. O ainda Presidente do Zaire embarcou ontem no navio de guerra sul-africano para onde o encontro estava marcado, mas foi em vão que esperou. Kabila preferiu ficar em Luanda, em vez de partir com o vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, ao encontro do seu inimigo.

Os Estados Unidos reagiram energicamente a este novo adiamento, exigindo dos dois «presidentes» do Zaire o imediato cumprimento das promessas.

Kabila chegou ontem a Luanda com 24 horas de atraso sobre o calendário previsto. Foi imediatamente recebido por José Eduardo dos Santos, que o aconselhou a não suspender a

ofensiva das tropas rebeldes rumo a Kinshasa e a negociar «em posição de força», segundo disse ao EXPRESSO uma fonte diplomática em Luanda.

Confrontado com as acusações dos EUA, que denunciaram a presença de tropas, blindados e artilharia pesada, angolanas perto do porto zairense de Matadi, o chefe da diplomacia de Luanda, Venâncio de Moura, negou rotundamente o envolvimento directo de Angola no conflito. Porém, uma fonte militar confirmou ao EXPRESSO a participação de tropas angolanas na tomada pelos rebeldes de Tshikapa, 300 quilómetros a leste de Kinshasa.

Numa conferência de imprensa, ontem, em Luanda, Kabila reiterou a recusa de partilhar o poder com Mobutu. Quanto à

sua participação no encontro a bordo do navio sul-africano, o líder rebelde disse que a decisão só será tomada depois do regresso a Luanda do vice-presidente sul-africano com informações fidedignas sobre as condições de segurança a bordo e a lista definitiva dos participantes.

Tropas portuguesas prontas a embarcar

A Forrez (Força de Recolha no Zaire), constituída por 80 fuzileiros especiais e comandada pelo capitão-de-fragata Loureiro Nunes, partirá para Brazzaville, capital do Congo, entre domingo e terça-feira, caso Mobutu e Kabila não cheguem a acordo.

A Forrez, que tem como missão repatriar os 700 portugueses residentes em Kinshasa, caso a si-

tuação naquela cidade degenerar em conflito armado, ficará colocada numa quinta francesa de 25 hectares, na margem congolense do rio Brazzaville.

O plano de recolha aprovado, que recebeu o nome de código «Esperança», desenrola-se em duas fases. Na primeira, a Forrez faz a segurança da embaixada portuguesa, local da concentração dos cidadãos nacionais, das colunas de autocarros que os irão transportar até ao rio, e do ponto onde estes serão embarcados, em botes pneumáticos, para a outra margem, a uma distância de quatro quilómetros. A segunda fase começa já no Congo, sendo os portugueses evacuados em três aviões «C130» da Força Aérea Portuguesa para S. Tomé e Príncipe, de onde partirão para Lisboa.

ANGOLA

UNITA recusa 'subsídio' oficial

EXPRESSO, 3.5.97

OS ELEMENTOS da UNITA que integram o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola recusaram um bónus de 4300 contos com que o Executivo do primeiro-ministro França Van-Dunen os quis «agraciar», à semelhança do que em finais do ano passado fizera em relação aos ministros e vice-ministros do MPLA e de outras formações políticas com assento no Parlamento.

Segundo um destacado dirigente da organização de Jonas Savimbi, esta recusa constitui o primeiro sinal de protesto do principal partido da oposição angolana pelo atraso no pagamento dos salários dos funcionários públicos e pela galopante degradação das condições de vida da população.

O Banco Nacional de Angola — que tem para saldar este ano uma dívida interna superior a 34 milhões de contos — poderá ter ainda que pôr à disposição dos novos ministros e deputados

cerca de 340 mil contos, que irão aumentar o pacote de mais de 1,73 milhões de contos que o Presidente Eduardo dos Santos distribuiu em Dezembro último a membros do Governo, deputados, oficiais superiores das Forças Armadas e da Polícia e jornalistas fiéis ao regime.

«Não faz sentido sermos coniventes com uma situação imoral ao recebermos 4300 contos quando o Governo nega que não tem dinheiro para pagar 17 mil escudos mensais aos trabalhadores», disse um dirigente da UNITA. Esta atitude, que foi silenciada pela comunicação social, está a ser encarada em diversos círculos da opinião pública angolana como fazendo parte da nova estratégia política de Jonas Savimbi.

Entretanto, o 1º de Maio, que era comemorado com pompa e circunstância na vigência do partido único, foi este ano celebrado com uma manifestação de silêncio por parte dos trabalhadores de todo o

país. Por outro lado, o Sindicato dos Professores mantém no ar a hipótese de uma nova greve por melhores salários, depois de ter bloqueado o início

do ano lectivo nas escolas de ensino público.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. *Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 30, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 581-2000 Ramal 259, e 531-2636. We ask for exchange.*

I M P R E S S O